
Educação de Jovens e Adultos e religiosidade: um estudo sobre as práticas religiosas católicas e pentecostais em espaços escolares

HELI SABINO DE OLIVEIRA*

Resumo

Neste artigo, analisam-se as manifestações religiosas no contexto escolar. Destacam-se, por um lado, as formas pelas quais o catolicismo se manifesta nas escolas públicas e, por outro, apresenta-se um estudo de caso sobre os significados que os jovens pentecostais atribuem ao seu processo de escolarização em dada escola de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Trata-se de um trabalho sobre laicidade e religiosidades em escolas públicas da rede municipal de ensino de Belo Horizonte, bem como sobre o tratamento dado pelos educadores à questão da diversidade religiosa. Por meio de entrevista, questionários e observação participante, procurou-se demonstrar como a normalização do catolicismo, no contexto escolar, produz ativamente a invisibilidade de outros religiosos. Além disso, constatou-se a necessidade de se conhecer os sujeitos aos quais se destinam o fazer pedagógicos dos estabelecimentos educacionais. Embora se trate de temática pouco explorada nos meios acadêmicos, a questão religiosa aparece aqui como um elemento central na constituição da identidade dos educandos das camadas populares. Ao ignorar essa importante dimensão humana, os educadores se esquecem de que código cultural religioso é, em parte, responsável tanto pelo modo de ser e de pensar quanto por crenças e esperanças de uma parte significativa de pessoas. No entanto, essa situação suscita, pelo menos, duas consequências: a) a escola pode tratar com desprezo, medo e hostilidade crenças e valores não católicos, bem como classificar o diferente como inferior ou perigoso; b) a escola pode não reconhecer que as concepções da vida, que nos movem com vigor, sempre são formadas na luta com outros ideais, que são tão sagrados para os outros quanto os nossos o são para nós.

Palavras-chave: Laicidade. Identidade religiosa. Diversidade cultural.

* Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Introdução

Embora a legislação educacional afirme que os estabelecimentos oficiais são laicos, algumas escolas públicas da rede municipal de Belo Horizonte possuem nomes de santos ou de sacerdotes católicos. Além disso, outras são, por sua vez, marcadas pela presença de símbolos e crenças ligadas ao catolicismo. A despeito disso, a maioria dos gestores escolares e boa parte dos educadores não veem nenhuma relação entre o processo de escolarização e a religiosidade católica. Para eles, a escola pública é, do ponto de vista religioso, um espaço neutro, sem vinculação com o sagrado.¹

Neste artigo, indago, por um lado, sobre as relações de poder que permitem que essa religiosidade seja vista como fato da vida escolar, e não como construto simbólico. Por outro lado, procuro compreender por que determinados estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) levam para o contexto escolar suas práticas religiosas.

Adotando a perspectiva dos Estudos Culturais e Pós-Coloniais, procurei compreender como acontece o processo de normalização da prática católica nos estabelecimentos públicos de ensino, bem como se manifesta, nesses lugares, a diversidade religiosa. Os dados empíricos coletados, por meio de questionários, entrevistas e observação participante, evidenciaram uma questão estranha: no espaço escolar, religiosos são os outros; os católicos são os “normais”. Além disso, no estudo ora apresentado busco, por meio de uma pesquisa etnográfica e de entrevistas, compreender as formas pelas quais os jovens pentecostais se apropriam do espaço escolar.

Cabe desatacar, aqui, que a opção por estudar as práticas religiosas de jovens pentecostais² na EJA não foi aleatória. Em primeiro lugar, porque existem, em vários estabelecimentos educacionais, grupos de jovens que se reúnem, durante o intervalo de aula, para

¹ Agradeço ao Prof. Dr. Leôncio Soares, professor da Faculdade de Educação da UFMG, por ter acolhido essa temática, bem como pela atenta orientação do trabalho de pesquisa, que me permitiu desenvolver este artigo.

² Por pentecostal compreende-se, aqui, o ramo do campo evangélico que enfatiza os chamados “dons do Espírito Santo”: dom de língua (glossolalia), de cura, de profecia, etc. Para Oro (1995, p. 19), trata-se de uma experiência emocional, um ato de louvor que se segue ou revela o “batismo no Espírito Santo”.

estudar a Bíblia, cantar, orar e fazer proselitismo religioso. Durante a realização da pesquisa de campo, constatei que, na Regional Venda Nova, em Belo Horizonte, das 29 escolas, 12 possuíam grupos de estudantes que se reuniam, no intervalo, para celebrar culto pentecostal. Em segundo lugar, porque o pentecostalismo é o movimento religioso que mais cresce no Brasil. Entre 1960 e 1970, como destaca Machado (1996, p. 44), os evangélicos tiveram um crescimento de 77%, enquanto nos dez anos seguintes alcançou um índice de expansão de 155%. O último censo demográfico (IBGE, 2000) afirma que existe, na atualidade, quase 20 milhões de pentecostais na sociedade brasileira.

Este trabalho está dividido em quatro partes e uma conclusão. Na primeira, abordo a origem da problemática, bem como o conceito de identidade na perspectiva dos Estudos Culturais. Na segunda parte, realizo uma breve revisão bibliográfica, destacando o caráter embrionário de pesquisas que tratam da relação entre processo de escolarização e religiosidade. Na terceira parte, analiso a força do catolicismo nas escolas públicas da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. Na quarta parte, procuro compreender os significados que os jovens pentecostais atribuem ao processo de escolarização. Nas considerações finais, apresento algumas implicações das práticas religiosas no espaço escolar sobre o processo de construção de escolas públicas laicas, inclusivas e plurais.

Afirmação da identidade e demarcação da diferença

Este trabalho é, em parte, resultado de minha pesquisa de mestrado, defendida no final de 2000, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Na ocasião, estava

interessado em compreender os significados que jovens pentecostais atribuíam às suas experiências escolares em uma dada escola noturna de Belo Horizonte. Tratava-se de moças e rapazes que durante o intervalo escolar se encontravam no pátio escolar para ler a Bíblia, cantar, orar e fazer proselitismo religioso. Eles tinham a idade entre 15 e 21 anos e cursavam o segundo segmento da EJA.

³ Como atuavam apenas mulheres na escola onde realizei a pesquisa de campo, uso os substantivos professora e educadora para se referir à prática docente.

Observei que as educadoras³ caracterizavam esses alunos de modo ambivalente: por um lado, eles eram vistos como exemplos de comportamentos estudantis que deviam ser seguidos, pois, durante as explicações, ficavam, geralmente, em silêncio e procuravam, no momento dos exercícios propostos, realizá-los prontamente. Por outro lado, quando os jovens pentecostais questionavam certos conhecimentos e atividades escolares, como a teoria da evolução e festas juninas, as professoras diziam que “eles possuíam viseiras”; “eles eram fanáticos”; “eles eram alienados”; “eles sofreram lavagem cerebral de suas igrejas”; “eles eram fundamentalistas”. Além disso, quando cometiam, em sala de aula, ato de indisciplina, esses jovens eram indagados, tanto pela professora quanto pelos colegas, sobre suas identidades religiosas: a frase “Você nem parece ser crente!” era usada, nesse contexto, sempre que os pentecostais se desviavam das condutas morais que defendiam, demonstrando que a identidade não é algo que se constrói somente para si, mas, principalmente, para os outros. Isso porque a construção de identidade é um ato relacional, e não algo fixo e imutável.

A princípio, procurei analisar as formas pelas quais os jovens pentecostais interpretavam suas relações no espaço escolar. No entanto, à medida que entrei em contato com a perspectiva analítica dos Estudos Culturais e Pós-Coloniais, o foco de minha atenção foi mudado para a relação entre processo de escolarização e religiosidade. Aos poucos, notei que as questões trazidas pelos jovens não podiam ser explicadas somente pelo avanço da

religiosidade pentecostal na sociedade brasileira. Era preciso analisar como a escola estava envolvida no processo de construção de subjetividades religiosas.

Para os Estudos Culturais, nenhuma identidade se afirma se não houver a marcação da diferença. Assim, para que exista a identidade pentecostal é preciso que haja a identidade não pentecostal. A última é que oferece as condições para existência da primeira. Nesse sentido, como qualquer identidade social, a identidade pentecostal é um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância. Ela se situa no entrecruzamento de um processo subjetivo em que sou para você o que você é para mim; isso porque a identidade pentecostal se materializa na relação com o outro.

Dessa forma, os comentários das professoras sobre os jovens pentecostais não eram inocentes e neutros, tampouco pretendiam defender o caráter laico da escola, como se pode supor. Ao classificar os comportamentos estudantis dos jovens pentecostais como alienados, fanáticos e fundamentalistas, as educadoras estavam, como veremos mais adiante, afirmando, mesmo que inconscientemente, que o catolicismo era a identidade religiosa legítima e aceitável no espaço escolar.

Nos Estudos Culturais defende-se que a identidade não pode ser vista, do ponto de vista ontológico, como uma essência ou como algo natural e cristalizado que o indivíduo possui. Em vez disso, ela precisa ser compreendida como fruto de relações sociais de poder, marcado por processo de diferenciação e de normalização. Sobre essa questão, Silva (1999, p. 106) faz um comentário esclarecedor:

A identidade é sempre uma relação: o que eu sou só se define pelo que não sou; a definição de minha identidade é sempre dependente da identidade do Outro. Além disso, a identidade não é coisa da natureza; ela é definida num processo de significação; é preciso que socialmente lhe seja atribuído um significado. Não existe identidade sem significação.

Em outro estudo, Silva (2000, p. 81) sublinha que as relações sociais de poder se manifestam, de forma sutil, em pelo menos três situações sociais, a saber: em primeiro lugar, pela demarcação de fronteiras simbólicas – processo que fixa os limites culturais entre “nós e eles”, apagando o caráter histórico (variável e mutável) e o caráter social (construído) das relações entre grupos; em segundo lugar, pela elaboração de um consistente sistema de classificação, ordenação e hierarquização dos grupos sociais, definindo quem são os bons e os maus, os puros e os impuros, os desenvolvidos e os primitivos, os racionais e os irracionais; em terceiro lugar, pela normalização das práticas sociais, que sentenciam quem são os normais e quem são os anormais na sociedade.

Dessa maneira, não se pode analisar o peso da identidade pentecostal no processo de escolarização dos jovens, desprezando o peso da identidade religiosa hegemônica na sociedade brasileira. Partindo desses pressupostos, indago sobre o peso do catolicismo no contexto escolar e como os educadores lidam com a diversidade religiosa. Para tanto, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: a) por meio de questionário e entrevistas semiestruturadas, procurou-se indagar aos gestores e professores sobre o peso da religiosidade católica no espaço escolar; b) além disso, passou-se a observar a organização do tempo e do espaço escolar. Como lembra Louro (1998, p. 57), a escola produz diferenças, distinções e desigualdades não somente por meio de material didático e das interações entre professores e alunos, mas, principalmente, por meio dos múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização:

As Escolas, através de seus quadros, crucifixos, santos e esculturas, apontam aqueles/as que deverão ser modelos. [...] O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos ‘fazem sentido’ instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos.

Quando se observa os pressupostos defendidos pela autora, compreende-se por que a prática religiosa dos jovens pentecostais no espaço escolar é transgressora. Ela não apenas fere o caráter laico da escola, mas também coloca em xeque a religiosidade hegemônica.

A seguir apresenta-se, em linhas gerais, uma breve revisão bibliográfica sobre a relação entre processo de escolarização e religiosidade, bem como os resultados da pesquisa.

Relação entre processo de escolarização e religiosidade

Os estudos que focalizam a relação entre processo de escolarização e religiosidade no Brasil são ainda embrionários. Isso talvez ocorra porque se trata de uma temática que é pouco valorizada nos meios educacionais. Vista como questão de fórum íntimo, a religião é compreendida, não raro, como algo particular, estritamente ligada ao âmbito familiar, cabendo à escola apenas tolerar e respeitar as crenças de seus alunos. Por sua vez, a escolarização está, não raro, associada à formação pública do cidadão, bem como à difusão de conhecimentos e de procedimentos científicos.

Modesto (1998) elenca três razões para justificar a escassez de pesquisa na área educacional que trata sobre essa problemática. Em primeiro lugar, porque as escolas públicas surgiram na Modernidade, precisamente na Terceira República Francesa, com o propósito de combater os misticismos, as superstições e as crendices que supostamente limitavam o avanço das ciências. Estas, compreendidas como ferramentas propulsoras da razão, do progresso e do desenvolvimento, tinham, de certa forma, lançado as bases para o *desencantamento do mundo*, expressão

cunhada pelo sociólogo alemão Max Weber para designar as experimentações empíricas que comprovavam a existência de leis naturais que governam o universo. A autora lembra que os principais pensadores do século XIX, época em que as ciências se institucionalizaram como agência produtora de conhecimento, eram ateus. “Como a história das idéias demonstra, Deus perde o controle da natureza (expulso por Darwin), perde o controle da história (expulso por Marx), perde o controle da consciência humana (expulso por Freud)”. (MODESTO, 1998, p. 78)

Em segundo lugar, porque os Estados nacionais buscavam se distanciar do poder da Igreja Católica. Seus objetivos eram, agora, criar sentimentos de nacionalidade. A escola era, dessa forma, vista como o lugar de se aprender símbolos, memória e as “histórias dos heróis nacionais”.

Em terceiro lugar, porque a teoria da secularização se tornou, nos meios acadêmicos, hegemônica. De acordo com esse modelo analítico, a modernização (industrialização e urbanização) provocaria a contração da esfera religiosa, que gradativamente se deslocou da esfera pública para a esfera privada. Isso ocorreria porque os principais fenômenos físicos e sociais deixariam de ser explicados por forças mágicas e místicas, como em períodos históricos anteriores, mas por princípios racionais, fruto do desenvolvimento técnico-científico. A autora chama a atenção para o fato de que essas previsões não se efeturaram. Nas últimas décadas, a religiosidade tem se expandido; basta observar o avanço dos movimentos neopentecostais e carismáticos.

A tensão entre Estado laico e religião permanece até os dias de hoje. Existem países que buscam, por meio de uma legislação rígida, desvincular as práticas escolares das experiências religiosas. O presidente francês Jacques Chirac sancionou, no dia 10 de fevereiro de 2004, uma lei proibindo qualquer vestimenta ou objeto que identifique a religião de um estudante. Assim, foram banidos do espaço escolar, dentre outros símbolos, o véu islâmico,

o solidéu judeu e os crucifixos. Na Alemanha, precisamente em Berlim, o governo proibiu, no dia 1º de abril de 2004, o uso de símbolos religiosos (véu islâmico, crucifixo e quipá judaico) somente para funcionários públicos como juízes, policiais e professores.

Segundo Peres e Peres (2000), essas leis pretendiam, sobretudo, disciplinar o modo de vestir, porque os objetos, como signos, são veículos de comunicação entre as pessoas. Dessa maneira, uma forma eficaz de manter um Estado laico e secular é impedir que mensagens religiosas cheguem aos espaços públicos por meio de “símbolos religiosos”.⁴ Eles defendem esse ponto de vista por meio dos seguintes argumentos:

Uma pessoa que é membro de uma dada comunidade religiosa – ou que não professa nenhuma religiosidade – pode ficar incomodada com a exposição constante, na sua presença, de símbolos de outra Religião. Além disso, pode ser que, ao ter que se vestir de determinada forma, o estudante passe a ter que cumprir certas regras de vestuário que interfiram no desenvolvimento de certas atividades escolares. Outro argumento utilizado, com muita insistência pelos que defendem leis, como a francesa, que proíbe o uso de qualquer símbolo ou vestuário com conotação religiosa, é o de que nem sempre os jovens e crianças os usam por vontade própria, mas são constrangidos a usá-los, seja pela família, seja por outros membros da comunidade a que pertencem. A proibição legal do uso desses símbolos e vestes seria uma forma de proteção a essas crianças e jovens (PERES; PERES, 2000, p. 200).

Como forma de exemplificar a questão do uso de vestimenta que impede a realização de certas práticas escolares, os autores apresentam o relato de uma professora que atua nos anos iniciais do ensino fundamental, no Estado do Rio Grande do Sul. Em uma atividade de Educação Física, ela notou que duas crianças que trajavam saia estavam de fora da quadra. Indagadas pela educadora, as meninas responderam que pertenciam a determinada igreja pentecostal que proíbe o uso de short e calça.

Valla (2001) defende, também, a laicidade da escola pública. No entanto, ele afirma que isso não pode ser usado como pretexto

⁴ Nem todos os países buscam formular leis para fortalecer o caráter laico e secular das escolas. Nos Estados Unidos, os grupos evangélicos conservadores lutam pela supressão das aulas de educação sexual e teoria da evolução; questionam o sistema de educação por estimular as crianças a se misturarem com o diferente e a se confrontarem com a alteridade; exigem escolas privadas e educação doméstica (CARVALHO, 1998, p. 91). Em Kansas, a Comissão de Educação chegou a aprovar uma lei proibindo qualquer menção da Teoria da Evolução no currículo escolar. Para Apple (2003, p. 133) essa decisão é fruto da instabilidade social dos setores conservadores, dado o avanço da luta em torno de raça, gênero que ameaça a estrutura familiar tradicional estadunidense, bem como do declínio das sensibilidades da comunidade local, em face da suburbanização das populações.

para ignorar a dimensão religiosa dos educandos. Para o autor, a religiosidade, além de fazer parte da realidade de muitos brasileiros, é o eixo organizador mais importante das camadas populares. Sendo o código cultural que o povo domina, a manifestação religiosa é, em parte, responsável tanto pelo modo de ser e de pensar quanto por crenças e esperanças de uma parte significativa de pessoas.

Nesse sentido, o autor alerta:

A questão da religiosidade é um tema que permeia a vida cotidiana de uma grande parte das camadas populares, e neste sentido, dos alunos da escola pública. Se este fato não for reconhecido, é possível que muitos preconceitos tendam a ser perpetrados no interior da própria escola pública. Tanto os meios de comunicação como frequentemente os próprios livros utilizados nas escolas, quando mencionam a questão religiosa nas aulas de História ou Ciências Sociais, tendem a centrar sua atenção na Igreja Católica, frequentemente tratada como 'A Igreja' – e nas igrejas protestantes conhecidas como históricas e as de orientação judaica. Com isso, ficam marginalizadas da discussão geral centenas de igrejas evangélicas, pentecostais, neopentecostais e as afro-brasileiras, como as de umbanda e candomblé (VALLA, 2001, p. 8).

O preconceito com outras expressões religiosas se manifesta nem sempre de maneira explícita. Peres e Peres contam o caso de Dandara, uma garota que passou a se desinteressar pela escola depois de ter sido ridicularizada e segregada pelos colegas por causa de sua religião. Ao relatar que estivera, no verão, em uma praia participando, com sua família, de um ritual de homenagem a Yemanjá, a professora se assustou, perguntando se os pais eram macumbeiros. A partir daí, a turma passou, durante o intervalo, a empurrar a menina e a chamá-la de “galinha preta” e “macumbeira”:

Certamente a professora não imaginava – e não desejava – que seu comentário espontâneo, quase automático, provocasse o efeito que provocou. A partir do que a professora falou, muitas crianças se

sentiram autorizadas a fazer seus próprios comentários sobre o assunto, fruto do mesmo estranhamento que o relato da menina provocou nelas e na professora. (PERES; PERES, 2004, p. 196).

Na rede municipal de ensino de Belo Horizonte, o Ensino Religioso foi suprimido do currículo escolar desde o final da década de 1980. Isso não assegurou, no entanto, a laicidade do espaço público. Embora os gestores escolares afirmem que as escolas municipais são neutras do ponto de vista religioso, o catolicismo deixou marcas indelévels nos estabelecimentos educacionais de Belo Horizonte.

A pesquisa de campo revelou que a manifestação da religiosidade católica, geralmente, não é vista como manifestação religiosa. Ela se inscreve como fato da vida escolar. Assim, somente outras manifestações religiosas é que são percebidas como manifestações religiosas. É como a manifestação do sotaque linguístico. Ele é percebido somente nos forasteiros, naqueles que se encontram em terras alheias e nunca nos que estão estabelecidos em suas próprias casas.

As respostas dadas pelos gestores educacionais ao questionário demonstram esse ponto de vista. Em primeiro lugar, respondem que a escola pública é, do ponto de vista religioso, neutra, pois é lugar de acolhimento e de respeito às diferenças culturais. Em segundo lugar, afirmam que a religiosidade católica não ocupa posição privilegiada na escola. A presença de nomes de santos e padres em estabelecimentos educacionais ocorre dada a importância deles na cultura brasileira.

Os Estudos Culturais denominam esse processo de normalização. Trata-se de uma das formas privilegiadas de um grupo, após ordenar e classificar o mundo social, hierarquizar as identidades e as diferenças.

Sobre o processo de normalização, Silva (2000, p. 83) afirma:

Normalizar é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa

eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais. Numa sociedade em que impera a supremacia branca, por exemplo, ‘ser branco’ não é considerado uma identidade étnica ou racial. Num mundo governado pela hegemonia cultural estadunidense, ‘étnica’ é a música ou a comida dos outros países. É a sexualidade homossexual que é sexualizada, não a heterossexual. *A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade.* (Grifo nosso)

Os dados empíricos coletados na pesquisa de campo nos permitem inferir que, em uma sociedade em que predomina o catolicismo, religiosos são os outros; os católicos são “normais”. Pelo menos é assim nas escolas públicas do município de Belo Horizonte. Em linhas gerais, pode-se dizer que o catolicismo aí se expressa de três formas distintas e complementares: a primeira, de forma institucionalizada; a segunda, de forma objetivada; e a terceira, de forma incorporada.

Cabe aqui um esclarecimento: as categorias estado institucionalizado, estado objetivado e estado incorporado são usadas nos trabalhos de Bourdieu (1982) para explicar como se manifesta o capital cultural no processo de diferenciação e hierarquização do desempenho escolar de crianças de diferentes classes sociais. Aqui essas categorias, no entanto, são tomadas de empréstimo apenas como forma de designar como se manifesta o catolicismo nos estabelecimentos educacionais. Veja-se, pois, como se concretiza a religiosidade católica em cada um desses estados.

No estado institucionalizado, há uma íntima identificação dos nomes dos estabelecimentos de ensino e o catolicismo. Isso pode ser notado, em Belo Horizonte, pela quantidade de escolas públicas

municipais com nomes de santos e sacerdotes católicos. Das 189 escolas, 19 possuem alguma referência. Eis aqui a título de ilustração alguns nomes: E. M. Nossa Senhora do Amparo, E. M. Santa Terezinha, E. M. Padre Marzano Matias, E. M. Cônego Siqueira, E. M. Cônego Raimundo Trindade, E. M. Padre Guilherme Peterson, E. M. Padre Francisco Moreira, E. M. Padre Edeimar Massote, etc. Existem, aqui, dois pontos curiosos: o primeiro diz respeito à inexistência de estabelecimento que possua nome de orixás, pai de santo, médium, rabino ou pastor evangélico.

O segundo é o fato de que, para boa parte da população, a existência de escolas com nomes de religiosidades não católicas, principalmente de matriz africana, causaria um estranhamento de tal magnitude que muitos pais se recusariam a matricular seus filhos nesses estabelecimentos. Certamente, a naturalização de nomes de escolas que tenham alguma referência católica ocorre em razão do passado colonial e imperial do Brasil.

No estado objetivado, o catolicismo se manifesta nos estabelecimentos educacionais de três maneiras, a saber: em primeiro lugar, por meio de inscrições de símbolos religiosos no espaço escolar. Tanto a presença do crucifixo e das imagens de Nossa Senhora quanto de grutas e oratórios demarcam, de forma objetiva, a opção religiosa da escola.

Em segundo lugar, por meio de rituais pedagógicos: muitas escolas, principalmente as que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, têm como prática rezar o *Pai Nosso*, sob a alegação de que se trata de uma oração universal. Outro evento escolar sobre o qual a religiosidade católica se manifesta de maneira bastante forte é a formatura: geralmente, essa solenidade abarca três fases: colação de grau, baile e missa, podendo, eventualmente, ser realizado um culto ecumênico.

Em terceiro lugar, por meio do tempo escolar. Como se sabe, o ano letivo é estruturado tendo como referência o calendário

que vigora no Brasil, o que significa dizer que em feriados religiosos (Semana Santa, *Corpus Christi*, Dia da Padroeira do Brasil) não há aula. Entretanto, é no mês de maio, quando algumas escolas celebram a coroação de Maria e na festa junina, quando alguns professores confeccionam materiais com os dizeres “Viva São Pedro”, “Viva São João” e “Viva Santo Antônio”, que a religiosidade católica se apresenta, no interior da escola, de maneira mais visível.

No estado incorporado, o catolicismo é expresso nos estabelecimentos educacionais das seguintes formas: ao fazer o “sinal da cruz” ou invocar nomes de santos em determinada situação cotidiana, os profissionais da educação estão assumindo publicamente sua opção religiosa católica. Entretanto, cabe destacar aqui que outras religiosidades se manifestam na escola dessa forma. Há dois trabalhos de Oliveira (2003 e 2006) que demonstram isso: no primeiro, ele estuda os cultos (músicas e pregações) realizados por jovens pentecostais em determinada escola noturna de Belo Horizonte durante o intervalo escolar; no segundo, analisa as formas de compreensão das leituras bíblicas durante o período de escolarização.

Pode-se dizer que as formas pelas quais o catolicismo se expressa nas escolas públicas de Belo Horizonte constituem aquilo que os estudiosos denominam de currículo oculto, ou seja, um conjunto de práticas e rituais escolares que informam determinados saberes e crenças, sem que sua intenção pedagógica tenha sido explicitada ou planejada. Num certo sentido, o currículo oculto está diretamente relacionado às vivências culturais vivenciadas nas escolas. Nas palavras de Silva (1999, p. 79), “o currículo oculto ensina através de rituais, regras, regulamentos e normas. Isso porque os alunos aprendem através de conceitos, divisões e categorizações explícitas ou implícitas que ordenam o espaço escolar”.

Dessa forma, pode-se inferir que existe apenas um único tipo de religiosidade que é legitimado no espaço escolar: o catolicismo.

Entretanto, nas últimas décadas, a Igreja Católica aparece, no censo demográfico, como a instituição que mais perde fiéis. De acordo com o IBGE (2000), o número de católicos dessa cidade passou de 80,09% em 1991 para 68,84% em 2000. Na próxima seção, será analisada a manifestação da religiosidade pentecostal no espaço escolar.

Jovens pentecostais e processo de escolarização

Comecei a pensar sobre a relação entre processo de escolarização e religiosidade quando lecionava na Educação de Jovens e Adultos. Ali pude notar duas situações distintas envolvendo essa problemática: por um lado, a presença de um público adulto, matriculado nos anos iniciais da EJA, cujo interesse principal era aprender a ler a Bíblia. Por outro, a presença de um público jovem, matriculado nos anos finais dessa modalidade de ensino, que usava o tempo de intervalo para realizar atividades de cunho religioso.

Enquanto o primeiro grupo parecia se acomodar com mais facilidade aos rituais e às práticas educativas, o segundo grupo colocava em xeque, não raro, alguns conhecimentos e atividades do estabelecimento de ensino, onde foi realizada a pesquisa de campo.⁵ Suponho que essa diferença comportamental se explique em razão do recorte geracional. Há estudos que demonstram que a juventude é o momento de afirmação da identidade e demarcação da diferença.

De acordo com Almeida e Chaves (1998), a opção religiosa é uma questão que aparece, de forma contundente, na juventude. Para os autores, antes desse período é raro algum indivíduo romper com a religião dos pais:

⁵ Com o objetivo de preservar a privacidade das pessoas que forneceram o material empírico desta pesquisa, o nome real da escola, os nomes dos alunos e os das professoras foram substituídos por nomes fictícios.

Entre 15 e 24 anos, compreende-se justamente o início da vida de uma pessoa em que se processam, de maneira mais consciente, as opções 'existenciais' – dentre elas, a religiosa. É muito raro alguém, antes dos 15 anos, mudar de religião, rompendo com as crenças dos pais. A juventude [...] dá início aos questionamentos à religião que podem resultar na desfiliação de vida à conversão a outra fé, ou na simples auto-exclusão de alguma comunidade religiosa (ALMEIDA; CHAVES, 1998, p. 672)

Em segundo lugar, porque se trata de um período em que a questão identitária se apresenta de forma dramática. De acordo com Erickson (1976), o comportamento juvenil é marcado, em geral, pela crise de identidade. Para ele, a palavra “crise” não possui nenhuma relação catastrófica. Em vez disso, ela é pensada como

um ponto decisivo e necessário, um momento crucial, quando o desenvolvimento tem de optar por uma outra direção, escolher este ou aquele rumo, mobilizando recursos de crescimento, recuperação e nova diferenciação. (ERICKSON, 1976, p.14).

Do ponto de vista empírico, a participação juvenil é maior entre os grupos religiosos. Segundo o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), 21,6% de jovens com idade entre 15 e 24 anos participam de algum grupo religioso.

Na E. M. Ilza Maria Marques, alguns estudantes criaram um grupo religioso. Durante o intervalo, eles oravam, cantavam, batiam palmas, realizavam pregações. O fato é que o comportamento peculiar desses jovens me levou a pesquisar os significados que eles atribuíam às experiências escolares.

Cabe aqui explicitar duas categorias importantes: a primeira diz respeito ao conceito de significado e a segunda, ao conceito de experiência. Para Geertz (1977), significado é uma categoria fundamental para a antropologia, pois diz respeito à interpretabilidade dos indivíduos ou dos grupos sociais, ou seja, os significados são formas pela quais indivíduos e grupos dão inteligibilidade às suas ações sociais. Para Lorrosa (2002), a

experiência não é o que acontece, mas o que nos acontece; não o que é vivido, mas o que é vivido em nós. Em outras palavras, a experiência diz respeito às coisas que dão sentido à existência humana:

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece ou o que toca. A cada dia se passa, não o que acontece, ou que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça. Walter Benjamin, em um texto, já observava a pobreza de experiências que caracteriza o nosso mundo. Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara. (LORROSA, 2002, p. 22)

Castells (2001) afirma que a identidade organiza os significados. Como a identidade não é algo fixo, mas uma costura de contextos, passei a investigar a manifestação da identidade pentecostal no interior da E. M. Ilza Maria Marques. O foco de minha atenção foi a manifestação dessas práticas pentecostais durante o intervalo de aula. De acordo com os alunos, a finalidade do grupo pentecostal no espaço escolar é fazer proseletismo religioso. Eis aqui alguns depoimentos:

O objetivo de nosso grupo na escola é levar a palavra de Deus a todo ser que respira. (Romeu, aluno da turma 801)

O nosso grupo é importante na escola porque ele ensina as pessoas a conhecerem a Palavra de Deus (Elizabeth, aluna da turma 801)

Deus nos colocou aqui para pregar o seu evangelho; para que através de nós, vidas se convertam ao Senhor Jesus. Porque Ele mesmo nos ordena isso; Jesus morreu na cruz por toda a humanidade e, principalmente, para essas vidas aqui nessa escola que são jovens e presas fáceis do diabo. (Priscila, aluna 704)

Eu fui uma das pessoas a voltar para Igreja através deste trabalho abençoado. Creio que as pessoas que foram ao culto da escola que não eram crentes e hoje são é por terem ouvido a Palavra que Deus deu para os irmãos que tomam conta da frente do culto. Deus tem

abençoado muito e vai continuar abençoando. O interesse não só meu, mas de todos que frequentam o culto é ganhar almas para o Senhor Jesus. É o nosso dever, Ele não morreu na cruz à toa: foi por nós. Então, temos que mostrar para quem não conhece a tua Palavra, através dos cânticos e da pregação. Como temos feito. (Luana, aluna da 702)

À primeira vista, o processo de escolarização significa, para os educandos, a possibilidade de difundir valores religiosos. Entretanto, à medida que aprofundei o contato com esses jovens pude verificar outra maneira de interpretar suas experiências escolares. Vejam-se alguns trechos de músicas que faziam parte da celebração religiosa.

Recebi um novo coração do Pai,
Coração regenerado, coração transformado
Coração que inspirado por Jesus
Como fruto desse novo coração
Eu declaro a paz de Cristo
Te abençôo meu irmão
Preciosa é a nossa comunhão
Somos corpos, assim bem ajustados
Totalmente ligados, unidos, vivendo em amor
Uma família sem qualquer falsidade
Vivendo a verdade, expressando a Glória do Senhor
Uma família vivendo o compromisso
Do grande amor de Cristo
Eu preciso de ti, querido irmão
Precioso és para mim.

Essa música possuía, diferentemente das demais um ritual próprio: ao mesmo tempo em que os jovens cantavam, eles se cumprimentavam com aperto de mão e se abraçavam. Às vezes, a emoção era tão forte que provocava risos e prantos. Ao chamarem uns aos outros de "irmão", creio que a ideia de pertencimento a uma comunidade-família, como apontada na letra da música, ganhava força. O encontro na escola fortalecia não somente os laços de

sociabilidade, mas a crença de que as dificuldades impostas pelas contingências da vida podiam ser superadas:

Cada vez que minha fé é provada
Tu me dás a chance de crescer um pouco mais.
Das montanhas e vales, desertos e mares
Que atravesso me levam pra perto de Ti.
Minhas provações não são maiores que meu Deus
E nem vão me impedir de caminhar.
E, se diante de mim não se abrir o mar,
Deus vai me fazer andar
Por sobre as águas.
Rompendo em fé,
minha vida se revestirá de seu poder
Rompendo em fé,
Com ousadia vou rompendo o sobrenatural.
Vou lutar e vencer
Vou plantar e colher
A cada dia vou viver
rompendo em fé.

Nessa canção, são ressaltadas as recompensas de um fiel. Apesar das dificuldades cotidianas, ele pode ter certeza, em um mundo de incertezas, que o sofrimento será superado.

Nesses encontros, não se buscava apenas o fortalecimento do indivíduo, mas, principalmente, estabelecer laços de solidariedade. Assim, procurei seguir a sugestão de Perrenoud (1994, p. 24):

Qualquer adulto se recorda do que o que contava, durante a sua própria escolaridade, não era certamente a gramática ou a geometria, mas a *afirmação de uma liderança no grupo* ou a competição desportiva, a *aceitação pelos outros*, a relação com o outro sexo e as discussões em grupo. (Grifos nossos)

Esses elementos, destacados pelo autor como os mais importantes no processo de escolarização, puderam, em maior

ou menor escala, ser detectados no grupo pentecostal da E. M. Ilza Maria Marques.

As celebrações religiosas na Escola Municipal Ilza Maria Marques significavam não apenas a possibilidade de se fazer proselitismo religioso, mas, sobretudo, como nos sugere Perrenoud (1994), a possibilidade de ser aceito pelo outro, de se discutir em grupo e de afirmação de uma liderança no grupo. Como nos disse Sérgio, a construção do grupo criou condições para os jovens pentecostais falarem mais de seus problemas existenciais. O que não quer dizer que a aceitação do outro fosse irrestrita. Vinícius, aluno da 702, teve grandes dificuldades de aceitação pelo grupo por se envolver em conflitos com as professoras e alunos. Além disso, esse aluno cantou música do grupo Legião Urbana durante gincana realizada na escola. Rodrigo, após participar da festa junina, promovida pela escola, foi censurado pelos colegas.

A aceitação do outro ocorria nos limites impostos pela identidade pentecostal. Enquanto os outros – católicos, espíritas, ateus, etc. – poderiam, por serem “mundanos”, participar de festividades, como festas juninas, os jovens pentecostais não deveriam se envolver, como fizeram Vinícius e Rodrigo, com essas celebrações. Para que eles pudessem receber o perdão de Deus (ou do grupo), foi preciso que demonstrassem, publicamente, que estavam arrependidos. Somente assim, eles puderam compartilhar com os demais o sentimento de aceitação pelo outro.

A recompensa pela adesão ao grupo pentecostal, como afirma Rolim (1988), é o sentimento de segurança diante da sociedade hostil não somente do ponto de vista econômico, mas também político e social.

Diante de uma situação estranha e de difícil compreensão, os jovens pentecostais encontram na religião segurança e respostas para as incertezas que marcam a sociedade neste início de século. Dessa maneira, o sentimento de pertencimento à comunidade torna-se mais forte do que a possível discriminação de

que os jovens poderiam, eventualmente, ser vítimas na sociedade mais ampla.

O grupo pentecostal da Escola Municipal Ilza Maria Marques pode, pelo menos para Fernando e Sérgio, significar também a possibilidade de afirmação de liderança. Para falar em nome de Deus, eles passaram por vários rituais de santificação. Em certo sentido, foram esses rituais que instituíram esses jovens como representantes legítimos do grupo pentecostal na Escola Municipal Ilza Maria Marques. Segundo Bourdieu (1982, p. 106), esses rituais dão aos indivíduos aparência de que a vida possui sentido e razão de ser, de fato:

Será que os ritos de instituição, quaisquer que sejam, poderiam exercer o poder que lhes cabe (estou pensando no caso mais evidente, o das “chupetas”, como dizia Napoleão, que são as condecorações e outras honrarias) se não fossem capazes de dar ao menos a aparência de um sentido, de uma razão de ser, a esses seres humanos, lhes dar o sentimento de ter uma função, ou mais simplesmente, uma importância, livrando-os assim da insignificância? O verdadeiro milagre produzido pelos atos de instituição reside sem dúvida no fato de que eles conseguem fazer crer aos indivíduos consagrados que possuem uma justificação para existir, ou melhor, que sua existência serve para alguma coisa.

Em certo sentido, para esses jovens pentecostais, estarem matriculados na Escola Municipal Ilza Maria Marques significou não apenas a possibilidade de adquirir diploma, de obter novos conhecimentos, mas, também, a possibilidade de participar de interações sociais que produzem uma razão para viver. Além disso, a formação do grupo possibilita o fortalecimento do indivíduo diante das contingências da vida.

Mas nem todos os jovens pentecostais participavam do grupo evangélico da Escola Municipal Ilza Maria Marques. Na pesquisa de campo, constatei que alguns jovens, embora fossem adeptos do pentecostalismo, preferiam usar o horário do intervalo para fazer outras atividades não religiosas.

Apresento, a seguir, apenas de maneira ilustrativa, dois casos em que essa situação foi verificada. O primeiro se refere ao casal de namorados Sara e Itamar. Apesar de serem pentecostais desde o nascimento, esses jovens dificilmente participavam dos cultos durante o intervalo. Fernando chegou a sugerir, em pregação, que eles pareciam ter vergonha de servir, publicamente, a Jesus. Entretanto, parece que para esse casal o intervalo escolar significava, como nos sugere Perrenoud (1994), a possibilidade de contato com o sexo oposto. Indagada sobre essa questão, a jovem foi bastante direta, dando uma resposta como se estivesse sendo cobrada a sua presença junto aos demais jovens.

Desde criança, eu sempre fui à igreja. Trabalho, como doméstica, praticamente, de segunda a sábado. Quase não vejo Itamar. Ele é de um sala, eu sou de outra. O único momento que tenho para conversar com ele é na hora do recreio. Eu acho que não tem nada de mais nisso. (Sara, aluna da turma 503, respondendo à seguinte pergunta: Por que você não participa do culto com os jovens evangélicos na hora do recreio?)

O segundo exemplo diz respeito aos jovens pertencentes à Igreja Cristã do Brasil. Como destaca Rolim (1988), essa é a única igreja do ramo pentecostal que discorda do proselitismo religioso realizado na esfera pública. Para esse segmento religioso, a prática de convencimento religioso deve ser exercido na esfera particular. Isso porque *a obra do Senhor deve ser realizada com decência e ordem*, diz Victor, aluno da turma 801.

Esse jovens que pregam na escola, na minha opinião, querem aparecer, pois a Bíblia não nos ensina que sua Palavra deve ser pregada a qualquer hora e em qualquer lugar. Pelo contrário, as Sagradas Escrituras nos dizem que há hora para tudo. Na escola, a hora é de estudar [...]. Às vezes eu não concordo com o que o professor fala, mas eu tenho que entender que ele é o professor. Os alunos evangélicos não podem sair de sala, como aconteceu outro dia, porque não concordam com as palavras do professor [...]. Veio na escola um moço para fazer uma palestra sobre doenças sexualmente

transmissíveis e falou que os jovens têm que usar camisinha, aí a moça saiu da sala. Eu penso o seguinte: se você está com muita fome e se alguém te dá um prato de comida, com o feijão cheio de pedra e o arroz cheio de marinheiro, você vai deixar de comer? É lógico que você primeiro vai retirar as impurezas. Assim, deve ser o crente na escola, ele deve selecionar o que vai alimentar, o resto ele joga fora. Mas alguns aqui querem aparecer, discordando do professor.

Em suma, os significados que os jovens pentecostais atribuem às suas experiências escolares não são únicos. Para uns, a participação do grupo significa a possibilidade de se constituir em uma liderança; para outros, um momento de interação. Há aqueles que não participam dos encontros religiosos na escola, seja porque encontram, nesse espaço, a possibilidade de se livrarem das amarras institucionais, promovidas pelas igrejas que frequentam, seja porque seus grupos religiosos discordam do proletoismo na esfera pública. Como a identidade não é algo que se constrói apenas para si, mas, sobretudo, para os outros, assumir no espaço escolar a identidade pentecostal significa adotar certos comportamentos próprios do pentecostalismo.

Considerações finais

Cury (2004) lembra que o termo laico não é sinônimo de secular. O primeiro está estritamente ligado à separação entre o Estado e a religião, enquanto o segundo está relacionado à diminuição da influência religiosa na esfera social:

O Estado [...] laico se tornou equidistante dos cultos religiosos sem assumir um deles como religião oficial. [...] Ele não adota a religião da irreligião ou da anti-religiosidade. Ao respeitar todos os cultos e não adotar nenhum, o Estado libera as igrejas de um controle no que toca à especificidade do religioso e se libera do controle religioso. Isso quer dizer, ao mesmo tempo, o deslocamento do religioso do estatal para o privado e assunção da laicidade como conceito referido ao poder do Estado. (CURY, 2004, p. 183)

O autor defende que o Estado pode presidir tanto uma sociedade mais ou menos religiosa quanto uma sociedade mais ou menos secular. Isso porque o princípio da laicidade é promoção da liberdade de expressão, da liberdade de consciência e da liberdade de culto. Em outras palavras, um Estado laico assegura o direito de o indivíduo se professar como agnóstico, como ateu ou como religioso. Trata-se de uma posição de fórum íntimo sobre o qual o Estado não pode intervir.

Para o autor, a manutenção do Ensino Religioso na escola pública é uma contradição do Estado brasileiro. Em primeiro lugar, porque essa disciplina possui, *historicamente*, caráter confessional e proselitista. Eliminada do currículo escolar, em 1891, quando foi promulgada a primeira Constituição republicana, essa disciplina nunca deixou de ser objeto de defesa da Igreja Católica. Em 1934, depois de muita disputa política, o Ensino Religioso reaparece sob a figura de matrícula facultativa e como oferta obrigatória. Em segundo lugar, porque sua presença no contexto escolar é garantida com ônus para o Poder Público:

Ora, para que o caráter facultativo seja efetivo e a possibilidade de escolha se exerça como tal, é necessário que, dentro de um espaço regrado como o é o das instituições escolares, haja a oportunidade de opção entre o ensino religioso e outra atividade pedagógica igualmente significativa para tantos quantos que não fizerem a escolha pelo primeiro. Não se configura como opção a inatividade, a dispensa ou as situações de apartamento em locais que gerem constrangimento. (CURY, 2004, p. 189)

Por essa razão, o autor diz que a presença do Ensino Religioso no currículo escolar contraria os princípios da laicidade do Estado. Isso não quer dizer que a supressão dessa disciplina resolva essa questão. Em Belo Horizonte, desde o final da década de 1980, a referida disciplina não faz mais parte da proposta curricular dos estabelecimentos educacionais da rede municipal dessa cidade. No entanto, não se pode dizer que aí exista um processo educativo laico e secular.

Conforme destaquei anteriormente, o catolicismo se expressa nas escolas públicas municipais por meio de nomes de estabelecimentos de ensino, dos tempos, dos espaços escolares e dos rituais pedagógicos. Isso não é, no entanto, visto como manifestação religiosa. Ela aparece naturalizada como fato da vida escolar.

De certa forma, a questão religiosa aparece, nos estabelecimentos educacionais, como uma face do pensamento abissal, descrito por Santos e Menezes (2008, p. 23):

O pensamento moderno ocidental é pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo 'deste lado da linha' e o universo 'do outro lado da linha'. A divisão é tal que 'outro lado da linha' desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível.

O material empírico coletado na pesquisa de campo permite inferir que o catolicismo é a norma. Ela é usada para balizar outras práticas religiosas.

No entanto, não é fácil abordar essa questão, seja porque se trata de temática pouco debatida nos meios educacionais, seja porque não se reconhece o peso da religiosidade no processo de escolarização. No entanto, essa situação suscita, pelo menos, duas consequências: a) a escola pode tratar com desprezo, medo e hostilidade crenças e valores não católicos, bem como classificar o diferente como inferior ou perigoso; b) a escola pode não reconhecer que as concepções da vida, que nos movem com vigor, sempre são formadas na luta com outros ideais, que são tão sagrados para os outros quanto os nossos para nós.

Abstract

EDUCATION OF YOUTH AND ADULTS AND RELIGIOUSNESS: A STUDY OF THE CATHOLIC AND PENTECOSTAL RELIGIOUS PRACTICES IN SCHOOL SPACES

This paper analyzes religious manifestation in the school context. First, it examines the ways in which Catholicism is manifested in public schools and, secondly, it presents a case study of the meanings Pentecostal young people attach to their schooling process in a given school for Education of Youth and Adults (EJA). This is a work that asks about secularism and religiousness in the public schools of the municipal school district of Belo Horizonte, as well as how educators deal with religious diversity. Through interviews, questionnaires, and participant observation, we attempt to demonstrate how standardization of Catholicism in the school context results in the invisibility of other religious groups as well as the importance of knowing the subjects to whom the educational institutions' pedagogy is aimed to. Although it is a seldom explored topic in academic circles, the religious question appears here as a central element in the constitution of the identity of students from lower classes. By ignoring this important human dimension, educators forget that a religious cultural code is, in part, responsible for both ways of being and thinking and the beliefs and hopes for a significant portion of the population. However, this raises at least two consequences: a) the school can treat non-Catholic beliefs and values with contempt, fear and hostility and classify different ones as being inferior or dangerous or b) the school may not recognize that the concepts of life, which move us with force, are always formed in the struggle with other ideals which are as sacred to others as ours are for us.

Key-words: *Laity. Religious identity. Cultural diversity.*

ÉDUCATION DES JEUNES ET DES ADULTES ET RELIGIOSITÉ: UNE ÉTUDE SUR LES PRATIQUES RELIGIEUSES CATHOLIQUES ET PENTECÔTISTES DANS LES ESPACES SCOLAIRES

Résumé

L'article analyse les manifestations religieuses dans les contextes scolaires. D'un côté, on met en évidence les façons dont le catholicisme s'exprime à l'intérieur des écoles publiques; d'un autre côté, on présente une étude sur le signifié attribué par les jeunes pentecôtistes à leur processus de scolarisation dans un établissement scolaire qui a adopté le programme Éducation des jeunes et des adultes (EJA). Il s'agit d'un travail qui interroge la laïcité et la religiosité dans des écoles publiques du réseau municipal d'enseignement de la ville de Belo Horizonte tout comme la manière dont les éducateurs s'y prennent avec la diversité religieuse. À travers les entretiens, les questionnaires et les observations, on a essayé de démontrer comment la normalisation du catholicisme dans le contexte scolaire produit de l'invisibilité à l'égard d'autres groupes religieux tout comme la nécessité de connaître les sujets auxquels se destinent le faire pédagogique des établissements éducationnels. Bien qu'il s'agisse d'une thématique peu explorée dans les milieux académiques, la question religieuse apparaît ici comme un élément central dans la constitution de l'identité des élèves issus des couches populaires. Lorsqu'ils ignorent cette importante dimension humaine, les éducateurs oublient que le code culturel religieux est en partie responsable de la façon d'être et de penser ainsi que des croyances et des espoirs d'une partie significative de la population. Mais cette situation a au moins deux conséquences: a) l'école pourrait traiter avec mépris, peur et hostilité les croyances et les valeurs non catholiques tout comme elle pourrait qualifier le différent comme inférieur ou dangereux; b) l'école pourrait ne pas reconnaître que les conceptions de la vie susceptibles de nous faire avancer sont toujours formées à partir de différents idéaux, chers à tout un chacun.

Mots-clés: *Laïcité. Identité religieuse. Diversité culturelle.*

Recebido em 20/11/2009

Aprovado em 4/12/2009

Referências

- ALMEIDA, Ronaldo; CHAVES R.M. *Juventude e filiação religiosa no Brasil*. Caxambu: AMPCS, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *Poder da identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- CURY, Carlos Jamil. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. *Revista Brasileira de Educação*, n. 27, set./out./Nov./dez. 2004.
- DAYRELL, Juarez. *Múltiplos olhares na educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. p. 136-161.
- HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: D&P, 1997.
- LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, 2002.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MODESTO, Ana Lúcia. Religião, escola e os problemas contemporânea. In: DAYRELL, Juarez. *Múltiplos olhares sobre a educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p. 76-84.
- OLIVEIRA, Heli Sabino de. *Jovens pentecostais e escola noturna: significados atribuídos às experiências escolares*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2001.
- OLIVEIRA, Heli Sabino de. Escola noturna e jovens: relação entre religiosidade e escolarização. In: SOARES, Leôncio (Org.) *Aprendendo com a diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- OLIVEIRA, Heli Sabino de. *Interpretando textos sagrados*. Recife: ENDIPE, 2007.
- ORO, Ari Pedro. *O avanço pentecostal e a reação católica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- PERES, Eliane Terezina; PERES, Sebastião. Escola, sociedade e diversidade religiosa. In: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS (SEE MG). *Coleção Veredas: formação superior de professores*. Belo Horizonte: SEEC MG2004. p. 185-2008. Módulo 6, v. 1.
- PERRENOUD, P. *O ofício de aluno e o sentido do trabalho escolar*. Porto: Porto Editora, 1994.
- ROLIM, Francisco Cartaxo. *O que é pentecostalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. Porto: Almedina, 2008.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos e identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- VALLA, Victor Vicent. *Religião e cultura popular*. Rio de Janeiro: D&P, 2001.